

REGIMENTO INTERNO CONSELHO FISCAL DA SICOOB CREDIP



SICOOB
Credip

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE – SICOOB CREDIP

TÍTULO I

DA DEFINIÇÃO E DA FINALIDADE

Art. 1º O Conselho Fiscal é o órgão responsável pela fiscalização assídua e minuciosa da administração da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Centro Sul Rondoniense-Sicoob Credip, sujeito aos ditames do Estatuto Social e regido, de forma complementar, por este Regimento.

Art. 2º O Conselho Fiscal tem como finalidade certificar que as atividades previstas para a associação, as funções desempenhadas e as operações realizadas pelos responsáveis competentes, os controles operacionais, os registros e as demonstrações financeiras e demais atos e fatos administrativos estão em conformidade com o disposto no Estatuto Social e na legislação e nas demais normas aplicáveis à Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Centro Sul Rondoniense- Sicoob Credip.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

CAPÍTULO I

DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO

Art. 3º O Conselho Fiscal será constituído por três membros efetivos e um membro suplente, todos associados, eleitos a cada dois anos pela Assembleia Geral.

§ 1º A cada eleição deve haver a renovação de, pelo menos, um membro efetivo.

§ 2º O mandato dos conselheiros fiscais estender-se-á até a posse dos seus substitutos.

Art. 4º Além de observar o disposto no Estatuto Social e na legislação e regulamentação em vigor, ter disponibilidade de tempo para execução das atividades inerentes ao cargo é condição indispensável para ser eleito conselheiro fiscal da Cooperativa.

§ 1º Os membros do conselho fiscal equiparam-se aos administradores das sociedades anônimas para efeito de responsabilidade criminal.

§ 2º Nenhum associado pode exercer, cumulativamente, cargos nos órgãos de administração e no Conselho Fiscal.

§ 3º Devem ser observadas as regras de não cumulatividade ou de vedação ao exercício simultâneo de cargos estatutários dispostas na legislação e regulamentação em vigor.

§ 4º Não é admitida a eleição de representante de pessoa jurídica integrante do quadro de associados.

§ 5º estar alinhado com os valores da organização e com o respectivo Pacto de Ética do Sicoob;

Art. 5º Na primeira reunião, os membros efetivos do Conselho Fiscal escolherão entre si um coordenador para convocar e dirigir os trabalhos das reuniões, e um secretário para lavrar as atas por período de um ano, após será feita nova escolha com prazo até o final do mandato.

Art. 6º Na primeira reunião do Conselho Fiscal eleito deverão comparecer o coordenador da gestão anterior e/ou outro por ele indicado para:

- I. transmissão do cargo;
- II. entrega da documentação;
- III. prestação de esclarecimentos de eventuais pendências.

Art. 7º Quando eleitos e ao assumirem o cargo, os conselheiros fiscais participarão de programa específico que apresente, entre outros:

- I. a descrição das suas funções e das suas responsabilidades;
- II. os três últimos relatórios e balanços anuais;
- III. as atas das reuniões do Conselho Fiscal;
- IV. o planejamento estratégico;
- V. o sistema de gestão e de controle de riscos;

VI. informações diversas e relevantes sobre a organização e o setor de atuação.

CAPÍTULO II **DO CARGO DE CONSELHEIRO**

SEÇÃO I **DAS AUSÊNCIAS, VACÂNCIAS E IMPEDIMENTOS**

Art. 8º As disposições referentes a ausências, vacâncias e impedimentos são aprovadas em Assembleia Geral e estão dispostas no Estatuto Social.

SEÇÃO II **DAS RESPONSABILIDADES**

Art. 9º Os membros do Conselho Fiscal, além de observarem os deveres legais inerentes ao cargo, devem pautar sua conduta por elevados padrões éticos, bem como estimular as boas práticas de governança corporativa, contribuindo para preservar os interesses sociais da Cooperativa.

CAPÍTULO III **DAS REUNIÕES**

SEÇÃO I **DO LOCAL E DA PERIODICIDADE**

Art. 10. O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e extraordinariamente, sempre que necessário, por proposta de qualquer um de seus membros, preferencialmente, na sede da Cooperativa, visando ao cumprimento de suas finalidades estatutárias e na forma do cronograma (Anexo), observando-se, em ambos os casos, as seguintes normas:

- I.** as reuniões serão realizadas sempre com a presença de, no mínimo três membros;
- II.** as deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos presentes;
- III.** os assuntos tratados e as deliberações resultantes constarão em ata.

§ 1º Mediante autorização do colegiado, as reuniões poderão ser realizadas por videoconferência.

§ 2º O membro suplente pode participar das reuniões e das discussões dos membros efetivos sem direito a voto, exceto se comparecerem, por convocação, para substituírem membros

efetivos.

§ 3º Na ausência do coordenador, os trabalhos serão dirigidos por substituto escolhido na ocasião.

SEÇÃO II DA CONVOCAÇÃO

Art. 11. As reuniões poderão ser convocadas por qualquer de seus membros, por solicitação do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva ou da Assembleia Geral, observando-se o prazo mínimo de dez dias de antecedência.

Art. 12. As convocações serão efetuadas mediante remessa de pautas por meio de expediente padronizado.

Art. 13. A pauta dos assuntos a serem discutidos, nas reuniões ordinárias e extraordinárias, será definida pelo Coordenador do Conselho Fiscal ou seu substituto.

Parágrafo único. Os assuntos, pautados para as reuniões, devem se revestir da importância devida, estando, preferencialmente, de acordo com o cronograma de assuntos anexo a este Regimento.

SEÇÃO III DA CONDUÇÃO DOS DEBATES

Art. 14 Os horários de início e finalização das reuniões, previstos nas convocações devem, sempre que possível, ser cumpridos rigorosamente.

Art. 15 Cabe ao Coordenador do Conselho Fiscal organizar e conduzir os debates, de modo que as discussões sejam democráticas, objetivas e respeitem o tempo registrado na pauta.

§ 1º Os conselheiros fiscais devem se manifestar de forma clara, objetiva e concisa.

§ 2º Os conselheiros fiscais devem atentar para que as manifestações sejam coerentes e tenham início, meio e fim.

SEÇÃO IV DA PARTICIPAÇÃO DE TERCEIROS

Art. 16 O Conselho Fiscal pode solicitar a participação, em suas reuniões, dos diretores executivos, empregados, agentes de controles internos, auditores, assessores e outros profissionais para exposição de temas relacionados à sua área de atuação e demandar outras áreas da Cooperativa para cumprimento de suas atividades.

SEÇÃO V DA REMESSA DE INFORMAÇÕES

Art. 17 Todos os documentos e informações remetidos/enviados ao Conselho Fiscal serão disponibilizados no Portal de Governança Corporativa para efeito de registro e adoção das providências cabíveis.

Art. 18 Nas reuniões do Conselho Fiscal, será realizada a leitura da última ata assinada do Conselho de Administração, bem como prestados esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Parágrafo único. O Conselho Fiscal poderá proceder a leitura das minutas das atas de reuniões do Conselho de Administração, observadas as regras contidas no regimento interno daquele órgão.

SEÇÃO VI DA VOTAÇÃO E DA FORMALIZAÇÃO

Art. 19 As deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos presentes, proibida a representação.

Art. 20 As reuniões serão registradas em atas, lavradas em livro próprio ou em folhas soltas ou em meio digital, de uso exclusivo da Cooperativa, contendo de forma sucinta e clara o relato dos levantamentos e análises efetuadas, inclusive dissidências e protestos, observadas as disposições legais.

§ 1º A critério do Coordenador, a ferramenta de transcrição de reuniões pode ser utilizada como apoio às anotações, desde que seja assegurado o acesso exclusivo ao responsável por secretariar das reuniões. A utilização dessa ferramenta, contudo, não dispensa a realização das anotações pelo responsável durante a reunião.

§ 2º A critério do Conselho Fiscal, as atas poderão ser digitais ou digitalizadas, tendo o mesmo

valor probatório do documento original, para todos os fins de direito, sendo suficientes para comprovação de autoria e integridade, nos termos da legislação e regulamentação em vigor.

Art. 21 A ata da reunião será preferencialmente lavrada, lida e assinada pelos conselheiros em até 20 (vinte) dias contados da data de realização da reunião.

Parágrafo único. Quando o Conselho Fiscal participar de reuniões com outros órgãos de administração, será lavrada ata própria.

Art. 22 Todas as irregularidades ou dúvidas, levantadas pelo Conselho Fiscal, serão encaminhadas para conhecimento e adoção das providências cabíveis pela Diretoria Executiva.

Parágrafo único. Não sendo adotadas as devidas providências no prazo assinalado pelo Conselho Fiscal, o Diretor Presidente da Cooperativa poderá ser convocado para prestar esclarecimentos.

Art. 23 O Conselho Fiscal, a pedido de qualquer dos seus membros, solicitará: aos órgãos da administração:

- I. aos órgãos da administração:
 - a. esclarecimentos ou informações necessários ao exercício de sua função fiscalizadora;
 - b. elaboração de demonstrações financeiras ou contábeis especiais.
- II. os auditores:
 - a. esclarecimentos ou informações necessárias ao exercício de sua função fiscalizadora;
 - b. a apuração de fatos específicos.

Art. 24 Depois de assinadas, as atas de reunião serão disponibilizadas no Portal de Governança Corporativa para consulta pelos membros do colegiado e serão arquivadas com todos os documentos correlatos na Secretaria de Governança da Cooperativa.

Art. 25 O registro da presença dos conselheiros fiscais nas reuniões será evidenciado pela assinatura em livro próprio ou em outro meio capaz de evidenciar as presenças, sendo providenciado pelo secretário do Conselho Fiscal.

SEÇÃO VII DO CALENDÁRIO ANUAL

Art. 26 Na penúltima reunião de cada ano, o Conselho Fiscal aprovará o cronograma anual para realização das reuniões no ano seguinte.

TÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS CAPÍTULO I DO COLEGIADO

Art. 27 Compete ao Conselho Fiscal, além de outras atribuições descritas no Estatuto Social as de caráter complementar previstas em normativos internos e de outras decorrentes de lei, as seguintes atribuições complementares:

- I. aprovar, por maioria dos membros, o seu Regimento Interno;
- II. opinar sobre o relatório da administração e as demonstrações contábeis, fazendo constar de seu parecer as informações complementares que julgar necessárias;
- III. convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos de administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação;
- IV. analisar, mensalmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas pela Cooperativa;
- V. exercer essas atribuições durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que as regulam;
- VI. assistir às reuniões do Conselho de Administração convocadas para deliberação de assuntos que o Conselho Fiscal deverá opinar;
- VII. participar, com pelo menos um de seus membros, das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, respondendo pelas solicitações de informações apresentadas.

- VIII.** fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- IX.** opinar sobre propostas dos órgãos da administração a serem submetidas à Assembleia Geral, incluindo temas relativos à incorporação, à fusão ou ao desmembramento da Cooperativa;
- X.** comunicar, por meio de qualquer de seus membros, aos órgãos de administração, à Assembleia Geral e ao Banco Central do Brasil, os erros materiais, fraudes ou crimes de que tomarem ciência, bem como a negativa da administração em fornecer-lhes informação ou documento;
- XI.** convocar a Assembleia Geral Extraordinária sempre que ocorrerem motivos graves e urgentes, incluindo, na agenda das Assembleias, as matérias que considerarem necessárias;
- XII.** examinar as demonstrações contábeis e opinar sobre elas;
- XIII.** participar, com pelo menos um de seus membros, das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, respondendo pelas solicitações de informações apresentadas.

Parágrafo único. No desempenho de suas funções, o Conselho Fiscal pode valer-se das informações constantes nos relatórios de Auditoria, do Controle Interno, dos diretores executivos ou dos empregados da Cooperativa ou da assistência de técnicos externos, às expensas da Cooperativa, quando a importância ou a complexidade dos assuntos os exigirem.

CAPÍTULO II

DO COORDENADOR E DO SEU SUBSTITUTO

Art. 28 Compete ao Coordenador do Conselho Fiscal:

- I.** convocar e presidir as reuniões do Conselho Fiscal;
- II.** designar as datas para realização das reuniões do Conselho Fiscal, conforme calendário previamente estabelecido;
- III.** atribuir funções especiais a qualquer dos membros do Conselho Fiscal;

- IV. implantar as sistemáticas de trabalho do Conselho Fiscal;
- V. solicitar as informações necessárias ao desempenho das atribuições do Conselho Fiscal aos órgãos de administração da Cooperativa.

Art. 29 Ao substituto, caberá a substituição temporária do coordenador nos casos de ausências ou impedimentos ocasionais.

CAPÍTULO III DO SECRETÁRIO

Art. 30 Na primeira reunião do Conselho Fiscal será designado um secretário, dentre os membros, ao qual competirá:

- I. responsabilizar-se pelas atas;
- II. colher as assinaturas.

Parágrafo único. O secretário pode ser auxiliado, na lavratura das atas de reunião e na coleta das assinaturas, pela área responsável pelo assessoramento aos órgãos de governança corporativa.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31 Todos os participantes das reuniões, incluindo os conselheiros fiscais, o secretário, os convidados, os técnicos e outros que porventura venham a participar das reuniões do Conselho Fiscal, têm por obrigação ética, legal e profissional de manter sigilo das informações relacionadas às reuniões do colegiado, tornando-se legalmente responsáveis por quaisquer eventuais divulgações indevidas.

Art. 32 Os conselheiros fiscais devem observar os comportamentos éticos e as condutas pessoais mais praticadas nos relacionamentos institucionais, especialmente aqueles apresentados no Pacto de Ética do Sicoob.

Art. 33 O Conselho Fiscal, a seu critério, poderá criar comitês ou grupos de trabalhos para subsidiarem o órgão em questões específicas.

Art. 34. Este Regimento Interno norteará as ações do Conselho Fiscal, podendo ser revisto e

alterado em questões pertinentes, por proposta de qualquer de seus membros, aprovada na forma regimental.

Parágrafo único. Em caso de conflito entre este Regimento Interno e o Estatuto Social da Cooperativa, prevalecerá o último, sendo que as dúvidas e os casos omissos serão resolvidos pelo próprio Conselho Fiscal.

Art. 35 Este regimento foi aprovado na 240ª reunião do Conselho Fiscal, realizada em 23 de dezembro de 2025, data em que passa a vigorar.

Anexo

CRONOGRAMA INTEGRADO DE ASSUNTOS DOS ÓRGÃOS DE GOVERNANÇA DAS COOPERATIVAS SINGULARES																			
				Legenda:															
				● Itens cuja inclusão em pauta, especialmente quanto à periodicidade, deve ser observada e seu cumprimento acompanhado.															
				○ Itens cuja inclusão em pauta, dependerá de demanda específica para efeito de inclusão do tema na pauta ou disponibilização do material ao															
				■ Acompanhamento realizado por meio de: (i) leitura de atas de comitê de assessoramento; e (ii) análise de relatórios específicos disponibiliz															
Macro tema	Temas	Subtemas	Natureza do tema E (estratégico) / O (operacional) / R (regulamentar)	Conselho Fiscal	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Periodicidade de	Referência - regimento interno	
1 Auditorias e Riscos				3															
1.1 Auditoria				X															
	Auditoria Interna - Relatório anual (exclusivo para cooperativas S3 e S4)	R	Conhecer		●													anual	Art. 30, parágrafo único
	Auditoria Interna - Plano anual (PAAI) e Regulamento/Manual específico (nos casos do serviço de auditoria interna serem realizados pela própria Cooperativa)	E	Conhecer													●	anual	art. 30, par. único	
	Auditoria Interna - Acompanhar os trabalhos	O	Analisar relatórios	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	mensal	art. 30, par. único
	Auditoria Interna - Apresentação do resultado dos trabalhos	O	Acompanhar	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	bimestral	art. 30, par. único	
	Auditoria Interna - Nomeação, designação, exoneração ou a dispensa do chefe da atividade de auditoria interna, bem como a comunicação ao Banco Central do Brasil (nos casos do serviço de auditoria interna serem realizados pela própria Cooperativa)	E	Conhecer	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	eventual	art. 30, par. único	
	Auditoria Independente - Escolha e destituição	E	Conhecer		●													anual	art. 30, par. único
	Auditoria Independente - Acompanhar os trabalhos	O	Analisar relatórios	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	mensal	art. 30, par. único
	Auditoria Independente - Apresentação do resultado dos trabalhos	O	Acompanhar	●			●		●		●		●		●		trimestral	art. 30, par. único	
	Auditoria Cooperativa - Escolha e destituição	E	Conhecer		●													anual	art. 30, par. único
	Auditoria Cooperativa - Acompanhar os trabalhos	O	Analisar relatórios	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	mensal	art. 30, par. único
	Auditoria Cooperativa - Apresentação do resultado dos trabalhos	O	Acompanhar	●			●		●		●		●		●		trimestral	art. 30, par. único	
	Consultorias e Trabalhos Especiais de Auditoria "Pro-tempore" - Nomeação e destituição	E	Conhecer	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	eventual	Art. 30, parágrafo único e Art. 23, II	
	Relação dos relatórios de auditoria, controles internos, ofícios e processos recebidos no período	R	Analisar	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	mensal	Art. 17 e 22	
1.2 Gestão Integrada de Riscos e Controles				X															
	RAS - Declaração de Apetite por Riscos (no caso de cooperativas S3 e S4)	R	Conhecer														anual	art. 30, II	
	PTE - Programa de Testes de Estresse (no caso de cooperativas S3 e S4)	R	Conhecer														anual	art. 30, II	
	Gestão de riscos - RAS, PTE (semestral) e demais indicadores do CCS e Cooperativas - apresentação	R	Acompanhar	■	●	■	●	■	●	■	●	■	●	■	●	■	■	mensal	art. 30, II
	Gestão de riscos - Manifestar-se sobre exceções às políticas, procedimentos, limites e aos níveis de apetite por riscos fixados na RAS (quando houver)	E	Conhecer	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	eventual	art. 30, II	
	Controles Internos, PLDFT, Segurança da Informação, Prevenção e Combate a Fraudes e Conformidade - apresentação	R	Acompanhar	●			●				●			●			trimestral	art. 30, II	
	Controles Internos - Relatório Anual	R	Conhecer	●													anual	art. 30, par. único	
	Controles Internos - Relatório GPGC (Planos de ação)	R	Analisar relatórios	■			■		■		■		■		■		bimestral	art. 30, par. único	
2 Contábil e orçamentária				X															
2.1 Informações contábeis				X															
	Demonstrações Contábeis e Relatório da Administração	R	Manifestar-se (emitir parecer)		●													semestral	Art. 27, II
	Sobras - distribuição	R	Manifestar-se	●													anual	Art. 27, IV	
	Informações contábeis + balancetes	O	Acompanhar	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	mensal	Art. 27, IV e Art. 30, VIII
	Fundos estatutários diversos	O	Acompanhar	●													semestral	Art. 27, IV e Art. 30, VIII	
	Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates) - Alocação e aplicação dos recursos	R	Acompanhar	●													semestral	art. 30, VIII	
	Incorporação, fusão ou desmembramento da Cooperativa	E	Manifestar-se	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	eventual	Art. 27, II e IV	
2.2 Informações orçamentárias				X															
	Orçamento: acompanhamento	O	Acompanhar	●		●		●		●		●		●		●	bimestral	Art. 27, IV e Art. 30, VIII	
3 Finanças e capital				X															
3.1 Gestão financeira				X															
	Informações Financeiras	O	Acompanhar	●		●		●		●		●		●		●	bimestral	Art. 27, IV e Art. 30, VIII	
	Cumprimento das Exigibilidades (caso aplicável)	O	Acompanhar	●		●		●		●		●		●		●	bimestral	Art. 27, IV e Art. 30, VIII	
3.2 Gerenciamento de capital				X															
	Plano de Capital para o triênio e Plano de Contingência de liquidez	E	Conhecer														anual	Art. 30, II	
	Plano de Capital	E	Acompanhar	●			●				●			●			trimestral	art. 30, II	
4 Remuneração, certificação e sucessão de dirigentes				X															
4.1 Remuneração				X															
	Metas de desempenho dos administradores	E	Acompanhar	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	eventual	Art. 27, VII	
5 Diretrizes estratégicas e acompanhamentos diversos				X															
5.1 Gestão estratégica e capital humano				X															
	Pacto Sistêmico da Estratégia (Planejamento estratégico trienal)	E	Acompanhar	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	eventual	art. 30, II	
5.2 Temas diversos				X															
	Ações / Plano de Comunicação e Marketing	E	Acompanhar												●		anual	Art. 30, II e Art. 23, I	
5.3 Rating Sistêmico, Fatos Relevantes e Ações Judiciais				X															
	Fatos relevantes e outras ocorrências	R	Acompanhar	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	mensal	art. 30, II	
	Rating Sistêmico de Cooperativas	R	Acompanhar	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	mensal	art. 30, II	
5.4 Ouvidoria e demais canais de comunicação				X															
	Ouvidoria - Relatório Semestral	R	Conhecer	●													semestral	art. 30, II	
	Ouvidoria - Medidas corretivas ou de aprimoramento	R	Conhecer	●													semestral	art. 30, II	
	Ouvidoria - Relatório Gerencial Mensal	R	Conhecer	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	mensal	art. 30, II	
	Canal de Índices de Ilícitudes - Relatório Semestral	R	Conhecer	●													semestral	Resolução CMN nº 4.859 de 23/10/2020	
5.5 Atas e relatórios diversos				X															
	Conselho de Administração - atas	R	Conhecer	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	mensal	Art. 18	
	Diretoria Executiva - atas	R	Conhecer	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	mensal	Art. 18	
	Relatório de Demandas	R	Acompanhar	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	mensal	Art. 27, parágrafo único	
	Reuniões conjuntas	R	Com o CA	●													semestral	Art. 18	
6 Autoregulação				X															
6.1 Regimentos/regulamentos				X															
	Regimento/regulamento próprio	O	Aprovar	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	anual	Art. 27, I	
7.2 Calendário anual das reuniões				X															
	Calendário Anual de Reuniões	O	Aprovar														anual	Art. 26	
	Assembleias Gerais - Propostas a serem submetidas e convocação	R	Aprovar	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	eventual	Art. 27, III, VI e VII	
	Assembleias Gerais - participação	R	Participar	●													mínimo anual	Art. 27, III, VI e VII	